



Panorama das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas aos quilombolas após período de desmontes

Mariana Passos Carregosa^{1*} ; **Ana Carolyne Lima Lino Sandes²** ; **Thaiane da Silva Mendonça³** ; **Silvia Maria Voci¹** 

Introdução: As comunidades quilombolas sofrem com a invisibilidade e vulnerabilidade social que resultam em condições precárias de vida tais como falta de acesso à água, saneamento básico, moradia, educação, dentre outras. Isto pode explicar o porquê tal segmento detém maiores taxas de insegurança alimentar (IA) e é um dos mais atingidos pelos desmontes de políticas públicas. **Objetivo:** O estudo tem como objetivo sistematizar o *status* das políticas públicas relacionadas à SAN e à realização do DHAA desses grupos populacionais após o período de desmantelamentos. **Métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa, com caráter exploratório, realizada entre maio a junho de 2022. **Resultado e Discussão:** Especialmente a partir de 2016, diversas políticas públicas e instituições sofreram desmontes, sendo extintas ou enfraquecidas por meio de cortes orçamentários, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Programa de Aquisição de Alimentos. Diante de tal desmantelamento, o Brasil voltou para o mapa da fome e as populações mais vulneráveis, como os quilombolas, foram direta e indiretamente afetadas, o que pode ter levado ao aumento da insegurança alimentar nesses territórios. **Conclusão:** Espera-se que o quadro de IA seja revertido paulatinamente nos próximos anos, visto que a partir de 2023 importantes ações foram retomadas, tais como o Programa de Aquisição ao Alimento e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Direito à Alimentação Adequada; Grupo Étnico; Política Social; Populações Vulneráveis.

Overview of Public Food and Nutritional Security Policies aimed at quilombolas after a period of dismantling

Introduction: Quilombola communities suffer from invisibility and social vulnerability that result in precarious living conditions such as lack of access to water, basic sanitation, housing, education, among others. This may explain why this segment has higher rates of food insecurity (FI) and is one of the most affected by the dismantling of public policies. **Objective:** The study aims to systematize the status of public policies related to SAN and the

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, Departamento de Nutrição, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

*Endereço para correspondência: *E-mail:* nutrimarianapassos@gmail.com.

² Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde, Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

³ Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escola, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

implementation of DHAA in these population groups after the period of dismantling. **Methods:** This is a narrative review, with an exploratory nature, carried out between May and June 2022. **Results and Discussion:** Especially since 2016, several public policies and institutions have suffered dismantling, being extinguished or weakened through budget cuts, such as the National Security Council Food and Nutritional, the National Institute of Colonization and Agrarian Reform and the Food Acquisition Program. Faced with such dismantling, Brazil returned to the hunger map and the most vulnerable populations, such as quilombolas, were directly and indirectly affected, which may have led to an increase in food insecurity in these territories. **Conclusion:** The AI situation is expected to be gradually reversed in the coming years, given that important actions have been resumed from 2023 onwards, such as the Food Acquisition Program and the National Council for Food and Nutrition Security.

Keywords: Right to Adequate Food; Ethnic Group; Social Policy; Vulnerable Populations.

Submetido em: 22/07/2024

Aceito em: 06/09/2024

INTRODUÇÃO

De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), a Segurança Alimentar (SA) está relacionada ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem que comprometa o acesso a outras necessidades essenciais. A Insegurança Alimentar (IA), que é dividida em leve, moderada e grave, significa a preocupação, redução quanti ou qualitativa do alimento e a fome, respectivamente¹.

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) utilizou pela primeira vez a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e revelou que quase 14 milhões de pessoas estavam em situação de IA grave, sendo 11,5% da população negra, enquanto que entre os brancos o percentual caía para 4,1% desses indivíduos². Em 2021, 125 milhões estavam em IA, sendo 33,1 milhões em IA grave. A IA atingiu 60% dos domicílios rurais, sendo que desses, 18,6% encontravam-se em situação de IA grave. Quando se tratava de domicílios de agricultores familiares, a prevalência de IA grave foi de 25,6%. Nos domicílios em que a pessoa de referência (chefe da família) se autodeclarou preta ou parda, a IA esteve presente em 6 (seis) de cada 10 (dez) dessas residências¹.

As comunidades quilombolas predominam em áreas de zona rural e isoladas geograficamente, o que dificulta o acesso a bens e serviços básicos.

Tratam-se de descendentes de negros que foram escravizados e passaram por um processo de luta e resistência que se perpetua até os dias atuais e que sofrem com a invisibilidade e vulnerabilidade social^{3,4,5}. Embora essas comunidades tenham sido reconhecidas por meio do decreto nº 4.887 de 2003, ou seja, em um passado considerado ainda recente, políticas públicas garantidoras de seus direitos ainda não alcançam esses territórios com a efetividade devida².

Especialmente a partir de 2016, com os desmontes das políticas públicas, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e SAN foram afetados nessas comunidades. Por isso, a importância de estudos que deem uma maior visibilidade para esses territórios^{2,4}. Nesse sentido, o presente artigo objetiva sistematizar o *status* das políticas públicas relacionadas à SAN e à realização do DHAA nesses grupos populacionais após os recentes desmantelamentos.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa, de caráter exploratório, com busca de dados realizada no período de maio a junho de 2022. Para a elaboração do presente artigo, houve a seleção de artigos já publicados em plataformas como: *Pubmed/Medline*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A escolha dos artigos foi baseada nos descritores: insegurança alimentar; segurança alimentar; comunidades quilombolas;

políticas públicas. Foram descartados todos aqueles que não apresentavam associação com a temática.

Os critérios de inclusão foram artigos científicos publicados nos últimos cinco anos com texto completo disponível, nos idiomas inglês ou português e que incluíam comunidades quilombolas brasileiras, além de documentos oficiais e leis. Foram excluídos durante a busca artigos que não apresentavam relação direta com o tema determinado e que não incluíam comunidades quilombolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas passaram por um processo de fragilização, especialmente a partir do ano de 2016, desde o enfraquecimento à extinção de programas que, direta ou indiretamente se relacionavam com a temática da SAN e populações específicas^{1,6}.

Dessa forma, no tocante às comunidades quilombolas, houve a extinção de ministérios importantes, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) na gestão Temer (2016 a 2018), passando depois a Ministério da Cidadania, com a migração da responsabilidade de ações voltadas aos quilombolas (como as dispostas no art. 3º, incisos IV e V, sobre o desenvolvimento sustentável pelos agricultores rurais e as demarcações de terras) para a Casa Civil^{7,8,9}.

O enfraquecimento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre 2016-2019 resultou em reduções percentuais orçamentárias a programas como o de distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos (cesta básica), que no ano de 2014 tinha um orçamento de R\$ 82 milhões, mas que se reduziu a R\$ 27,4 milhões em 2018, representando um corte de 67% no orçamento^{10,11,12}.

Em relação ao apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais o orçamento era de R\$ 6 milhões em 2014¹³. No entanto, em 2018 não houve divulgação do

orçamento destinado, considerando-se uma redução de 100%⁵. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2014 apresentava recurso de R\$ 13 bilhões e em 2018 de R\$ 431 milhões, enquanto que o “Água para todos” (cisternas) tinha um orçamento de R\$ 248,8 milhões e em 2018 passou a ser de R\$ 40,8 milhões¹⁴. O apoio à assistência técnica também sofreu desmontes, sendo que o recurso passou de R\$ 630 milhões em 2014 para R\$ 19,7 milhões em 2018¹⁵.

O Programa Bolsa Família teve verba prevista de R\$ 29,5 bilhões, abaixo dos R\$ 32 bilhões direcionados ao programa em 2019. Tais medidas afetam diretamente as populações mais vulneráveis do país, como os quilombolas, no que diz respeito ao acesso à renda e podem exacerbar os efeitos na segurança alimentar e nutricional¹³. Outro desmonte que ocorreu foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, uma instância consultiva da Presidência da República com expressiva participação da sociedade civil organizada e, por isso mesmo, caixa de ressonância de demandas da sociedade, estratégica na agenda de construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, além da exoneração de funcionários da Secretaria Nacional de SAN (SESAN)^{8,16}.

Outra questão refere-se à exclusão das comunidades quilombolas do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, sendo que algumas ações orçamentárias continuaram, mas com pouco ou nenhum orçamento¹⁵. Nesse mesmo ano, o plano Orçamentário (PO) de Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e outras comunidades tradicionais autorizou somente R\$ 600 mil considerando todo o Brasil, sendo que apenas R\$ 199,5 mil foram utilizados¹⁶.

Vale ressaltar também a transferência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2019, por meio da Medida Provisória 870/2019 e lei nº 13.84/2019, assumindo a responsabilidade da reforma agrária e regularização fundiária das áreas rurais e terras quilombolas ainda que sem estrutura, conhecimento e familiaridade com os assuntos quilombolas^{3,17,18}.

Em 2010, o orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA) previa R\$ 64 milhões (R\$ 10 milhões para gastos correntes e R\$ 54 milhões para indenizações); já em 2019, esse quantitativo foi de R\$ 3,5 milhões (quase R\$ 2,5 milhões para gastos correntes e R\$ 958 mil para indenizações)¹⁹. Enquanto que, em 2020 e 2021, o montante foi ainda mais reduzido, passando de R\$ 2.942.132,00 a apenas R\$ 206.008,00, equivalendo a uma redução de mais de 90% em relação ao exercício financeiro anterior¹⁷. Em 2021 não houve montante aprovado para pagamento de indenização de imóveis rurais e, em 2022, a LOA foi apresentada com R\$ 405.000,00, sendo R\$ 54.000,00 para indenização de imóveis. O projeto de lei orçamentária encaminhado para 2023 manteve o montante de R\$ 405 mil para a política pública¹⁶.

Diante disso, em 2023, algumas dessas e outras políticas públicas foram sendo retomadas, reconstituídas e, até mesmo, criadas⁷. O PAA volta com um orçamento de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão, cinco modalidades de compra: doação simultânea (aquisição de alimentos variados para alcançar pessoas em situação de IA), PAA-Leite (compra de leite e distribuição de forma gratuita para famílias em vulnerabilidade social), compra direta (obtenção com o intuito de administrar os preços, formar estoques reguladores ou para atuar em situações de emergência ou calamidade pública)²⁰. Outras modalidades são a de compra institucional (atende os órgãos públicos) e apoio à formação de estoques (recursos destinados ao estoque de alimentos para comercialização e devolução de recursos ao poder público). São priorizados produtores(as) indígenas, quilombolas, negros, assentados de reforma agrária e juventude rural, tendo um estímulo de pelo menos 50% do repasse destinado às mulheres agricultoras, dentre outras ações²⁰.

O programa cisterna obteve a contratação de mais de 61 mil cisternas e apresentou orçamento de cerca de R\$ 500 milhões, sendo que R\$ 430 milhões já foram empenhados¹⁴. O repasse dos valores por aluno do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aumentou após cinco anos, sendo investidos R\$ 5 bilhões e apoiando a agricultura familiar²¹.

A reativação do CONSEA foi outro marco importante para a volta das políticas públicas de SAN, além da recomposição da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e da adesão completa dos estados ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)²¹. O programa de fomento às atividades produtivas rurais, que envolve o acompanhamento social e produtivo por meio da disponibilização de recursos também foi retomado, em que o repasse passou de R\$ 2,4 mil para R\$ 4,6 mil por família⁵.

A cozinha solidária, por meio da lei nº 14.628/2023, tornou-se programa e foi outra ação retomada, promovendo um alcance nacional, com o objetivo de promover gratuitamente uma alimentação de qualidade, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social²⁰. Com a emenda Constitucional 32/2022 assegurou-se o valor mínimo de R\$ 600 no Bolsa Família, além de 100% do valor do botijão através do auxílio gás, o que resultou em um repasse de R\$ 155,37 bilhões ao longo do ano de 2023²¹.

Além disso, o Cadastro Único (CadÚnico) passou por aprimoramentos voltados às Comunidades Tradicionais, como os quilombolas¹³. O programa Minha Casa, Minha Vida definiu uma meta de dois milhões de moradias para serem entregues até 2026, sendo prioridade os domicílios em que o chefe da família é do sexo feminino e, outra novidade, foi a ampliação da faixa de renda bruta por família para até R\$ 2.640; a isenção do pagamento das prestações por parte dos beneficiários do bolsa família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a expansão do financiamento de unidades habitacionais em áreas urbanas de menor porte, com até 50 mil habitantes²¹.

O plano safra 2023/2024 ofertou R\$ 435,8 bilhões para o apoio produtores rurais e agricultura familiar, alcançando R\$ 186 bilhões em apenas quatro meses após seu início apresentando aumento de 14% em comparação ao ano anterior, além de destinar R\$ 71,5 bilhões ao crédito rural para a agricultura familiar, com redução de taxas de juros para quem produzir arroz, feijão, mandioca, tomate, leite e ovos²⁰.

O MDS passou a ser chamado de Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, enquanto que o Ministério de Cidadania, Ministério dos Direitos Humanos e de Cidadania. Com a realização da 6ª Conferência Nacional de SAN em 2023, o 3º Plano Nacional de SAN também foi elaborado. Por fim, ainda em 2023 o INCRA retoma o programa de reforma agrária e volta a titular as terras quilombolas^{8,10}.

Com isso, diante dos cortes orçamentários e desmontes das políticas públicas, o aumento da IA documentado desde a POF 2017/2018 até o II VIGISAN em 2022, agravado pelo contexto da pandemia de COVID-19, trouxe o Brasil de volta ao Mapa da Fome^{2,13}. As populações mais vulneráveis, que incluem as comunidades quilombolas, foram as mais afetadas pela IA por ocuparem territórios menos favorecidos socioeconomicamente, pelo acesso precário a serviços, pelo pouco apoio de programas sociais e pela falta de acesso à terra^{5,9}.

Outro ponto importante que permitiu a exclusão e invisibilidade das comunidades quilombolas perante os órgãos públicos é que somente no ano de 2022 as comunidades quilombolas foram incluídas no censo demográfico brasileiro¹⁶. Além disso, cabe ressaltar que a maioria dos programas governamentais foi formulado para a população em geral, sendo fundamental a ampliação de políticas voltadas especificamente para as comunidades quilombolas, lembrando da importância das mesmas para a reversão do quadro de fome, desigualdade e dificuldade no acesso aos serviços nesses territórios^{6,8,19}.

Em estudo que avaliou as desigualdades sociais e insegurança alimentar domiciliar em comunidades quilombolas do Brasil, observou-se um baixo acesso a programas e políticas nos domicílios investigados nessas comunidades e encontrou-se IA em 86,1% dos 8.743 domicílios, estando 55,9% em IA moderada/grave. Também observou-se baixa participação em programas de desenvolvimento rural como os programas de alimentação e abastecimento de água, em que apenas 31,9% receberam cestas básicas e 4,2% tiveram acesso ao programa de cisternas⁴.

Em outro estudo que avaliou a IA domiciliar nas comunidades quilombolas no Brasil, a SA esteve presente em apenas 14,4% dos 8.856 domicílios dessas comunidades, enquanto a IA grave esteve presente em 47,8% dessa população. Somente 14,8% tinham acesso a saneamento básico e 44,1% abastecimento de água. Quanto aos programas sociais, o Bolsa Família foi o que mais apresentou cobertura, com 61,2%; somente 11,2% tiveram acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos que tinham acesso ao PAA, 44,4% tinham mais probabilidade de ter IA leve. Já os que recebiam apoio do Garantia Safra, de cestas básicas, do programa cisterna, do PBF ou BPC tinham maior risco de apresentar IA moderada/grave ($p < 0,05$)^{3,13,18}.

A fragilização das políticas que englobam tais ações acaba por afetar a situação de segurança alimentar de grupos populacionais vulneráveis, desfazendo a rede de proteção contra violações de direitos sociais, incluindo o DHAA, especialmente em situações de calamidade como a vivenciada durante a pandemia de COVID-19².

CONCLUSÃO

Concluimos que há evidências suficientes da supressão orçamentária drástica para as políticas de SAN que beneficiam as comunidades tradicionais quilombolas, o que coaduna com as elevadas prevalências de IA nessas populações nos estudos encontrados na literatura. Observamos um baixo alcance das políticas públicas nas comunidades quilombolas, que são as que mais sofrem com a desigualdade, a exclusão e a invisibilidade social, especialmente nos últimos anos com o desmonte das políticas públicas e que, conseqüentemente, leva ao aumento da IA nesses territórios.

O presente estudo enfrentou como principal limitação a escassez de estudos voltados para esse grupo populacional. No entanto, tal limitação torna essa pesquisa de suma importância ao proporcionar uma maior visibilidade para essas comunidades.

AGRADECIMENTOS

Ao Fundo Nacional de Educação (FNDE) pelo financiamento ao projeto principal do qual o artigo é produto.

FINANCIAMENTO

Fundo Nacional de Educação (FNDE).

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

Mariana Passos Carregosa – busca, revisão da literatura, desenvolvimento, organização e finalização do artigo; Ana Carolyne Lima Lino Sandes - busca da literatura, desenvolvimento do artigo; Thaiane da Silva Mendonça – busca da literatura, desenvolvimento do artigo; Sílvia Maria Voci – discussão e revisão do artigo.

REFERÊNCIAS

- 1- Penssan R – VIGISAN II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. [electronic report] 2021 [cited 2022 Jun 1]. Available from: <http://olheparaafome.com.br/>.
- 2- Ribeiro G, de Oliveira Morais FM, de Pinho L. (In) Segurança alimentar de comunidade quilombola no norte de Minas Gerais. *Ciênc cuid saúde* [Internet]. 2015;14(3):1245–120. Available from: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/21845> DOI: <https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v14i3.21845>.
- 3- Gubert MB, Segall-Corrêa AM, Spaniol AM, Pedroso J, Coelho SE dos AC, Pérez-Escamilla R. Household food insecurity in black-slaves descendant communities in Brazil: has the legacy of slavery truly ended? *Public Health Nutr* [Internet]. 2017;20(8):1513–22. Available from: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/household-food-insecurity-in-blackslaves-descendant-communities-in-brazil-has-the-legacy-of-slavery-truly-ended/486C22F7D836B6ECBCB16BC3AD61F98D> DOI: <https://doi.org/10.1017/S1368980016003414>.
- 4- Cherol CCS, Ferreira AA, Salles-Costa R. Desigualdades sociais e insegurança alimentar domiciliar em comunidades quilombolas brasileiras. *Rev Nutr* [Internet]. 2021;34:e200173. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/rGC7btFzx6kS9JZmCqBMYrQ/?lang=en> DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200173>.
- 5- Oliveira e Silva D, Guerrero AFH, Guerrero CH, Toledo LM. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Rev Nutr* [Internet]. 2008;21(suppl):83s–87s. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/hTScyMrzn9Fp359QFfKt6rN/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700008>.
- 6- Silva ARF. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. *Rev. Pol & Trab* [Internet]. 2018;1(48):115–28. Available from: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/27650> DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n48.27650>.
- 7- Dalosto CD, Dalosto JAD. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer. *Rev Pol públ* [Internet]. 2018;22(1):545–64. Available from: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9245> DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p545-564>.
- 8- Prado, A.M., Wachelke, J. Entendendo o ministério de cidadania em 2019: o discurso político por trás das práticas institucionais. *Rev psicol política* [Internet]. 2022;22(53). Available from: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/20182>.
- 9- Gurgel AM, Santos CCS, Kelly PSA, Araujo JM, Leal VS. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2020;25(12):4945–56. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fKJJKgrTxfT7rg6xGHdCQtyC/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>.
- 10- DESIGUALDADES O. Máquina do tempo: o Brasil de volta ao mapa da fome. [electronic report] 2022 [cited 2022 Feb]. Available from: <https://fjp.mg.gov.br/maquina-do-tempo-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome/>.
- 11- Salgado RJSF, Dias MM, Souza WJ. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do programa de aquisição de alimentos no Brasil. *Mundo agrar* [Internet]. 2020;21(46):e137. Available from: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/>

- MAe137
<https://doi.org/10.24215/15155994e137>
- 12- Paula NM, Zimmermman SA. A insegurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19. *Rev Necat* [Internet]. 2021;10(19):56–67. Available from: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4849>.
- 13- Braga ANE, Pedrosa RCR. As Políticas Públicas destinadas às Comunidades Quilombolas. *Rev Pemo* [Internet]. 2021;3(1):e316342. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/6342> DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.6342>.
- 14- Alpino TMA, Santos CRB, Barros DC, Freitas CM. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cad saúde pública* [Internet]. 2020;36(8). Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>.
- 15- Carvalho CA de, Viola PC de AF, Sperandio N. How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? *Public Health Nutr* [Internet]. 2021;24(3):561–4. Available from: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/how-is-brazil-facing-the-crisis-of-food-and-nutrition-security-during-the-covid19-pandemic/9C2D5E6FED285FC406D4E8FB3506737B> DOI: <https://doi.org/10.1017/S1368980020003973>.
- 16- Inesco. Instituto de Estudos Socioeconômicos. A conta do desmonte Balanço do Orçamento Geral da União 2021 [electronic report] 2021 [cited 2023 Aug 8]. Available from: <https://inesc.org.br/wpcontent/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf?x69356>
- 17- CNASI. Associação Nacional. Carta pública contra o desmonte da política quilombola no Inca. [electronic report] 2022 [cited 2023 Oct 12]. Available from: <https://www.cnasi.org.br/images/Documentos%202022/CARTA%20P%C3%9ABLICA%20CONTRA%20O%20DESMONTE%20DA%20POL%C3%8DTICA%20QUILOMBOLA%20NO%20INCRA.pdf>
- 18- Silvia THC, Nascimento-Silvia NRR, Jordão LR, Oliveira EP. Pensando a segurança e a soberania alimentar: análise da participação da agricultura familiar no PNAE em diferentes regiões no Brasil. *RES* [Internet] 2020;22(44):168–200. Available from: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/9703> DOI: <https://doi.org/10.19093/res9703>.
- 19- Cherol CC de S, Ferreira AA, Salles-Costa R. Governmental programmes associated with food insecurity among communities of descendants of enslaved blacks in Brazil. *Public Health Nutrition*. 2021;24(10):3136–46. Available from: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/governmental-programmes-associated-with-food-insecurity-among-communities-of-descendants-of-enslaved-blacks-in-brazil/F2AB489233EFD20221AA8B35F4970BCB> DOI: <https://doi.org/10.1017/S1368980020004164>.
- 20- Brasil. A reconstrução da proteção social no Brasil. [electronic report] 2023 [cited 2024 Jun 10]. Available from: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/5_Noticias_e_Conteudo/Relatorio_de_Acoes/2023.pdf
- 21- Brasil. Brasil no rumo certo. [electronic report] 2023 [cited 2024 Jun 10].